



EURE
ISSN: 0250-7161
ISSN: 0717-6236
asistenteedicion@eure.cl
Pontificia Universidad Católica de Chile
Chile

Segregação socioespacial e desigualdades de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro, Brasil

Gomes-Ribeiro, Marcelo; de Queiroz-Ribeiro, Luiz-Cesar

Segregação socioespacial e desigualdades de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro, Brasil

EURE, vol. 47, núm. 142, 2021

Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19668189002>

DOI: <https://doi.org/10.7764/eure.47.142.02>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional.

Segregação socioespacial e desigualdades de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro, Brasil

Marcelo Gomes-Ribeiro marceloribeiro@ippur.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Luiz-Cesar de Queiroz-Ribeiro lcqribeiro@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

EURE, vol. 47, núm. 142, 2021

Pontificia Universidad Católica de Chile,
Chile

Recepción: 29 Octubre 2019

Aprobación: 24 Abril 2020

DOI: <https://doi.org/10.7764/eure.47.142.02>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19668189002>

Resumo: A segregação socioespacial das metrópoles brasileiras é historicamente caracterizada pelo modelo centro-periferia. Apesar dessa dicotomia observada em larga escala na análise espacial, percebe-se certa heterogeneidade social em toda a metrópole. Na medida em que existem segmentos das classes populares que residem na área central da metrópole, a questão que propomos neste trabalho é saber se as classes populares que lá vivem têm níveis de renda do trabalho diferentes em relação às classes populares que vivem na periferia da região metropolitana. Ou seja, morar nas áreas da metrópole onde há melhores condições materiais urbanas, e onde a classe alta está concentrada, proporciona menores desvantagens sociais que viver na periferia metropolitana? Os resultados da investigação demonstraram que, embora consideremos apenas a classe popular, o efeito território exerce explicação sobre as desigualdades de renda do trabalho.

Palavras-chave: segregação, desigualdade social, mercado de trabalho.

Abstract: *The socio-spatial segregation of the Brazilian metropolises is historically characterized by the core-periphery model. Given the fact that there are segments of the popular classes residing in the central area of the metropolis, the question that we propose in this paper is: Do the popular classes that live there have different incomes compared to the popular classes that live in the metropolitan periphery? That is, living in the areas of the metropolis where there are better urban material conditions and where the upper class is concentrated, offers more social advantages than living in the metropolitan periphery? The results of our investigation show that although we consider only the popular class, the territory has an explanatory effect on income inequalities in the labor market.*

Keywords: segregation, social inequality, labour market.

Introdução

A segregação socioespacial das metrópoles brasileiras e latino-americanas é historicamente caracterizada pelo modelo centro-periferia. Em geral, o centro se apresenta como o lugar de concentração da classe superior da estrutura social e a periferia como o lugar de concentração das classes populares. No entanto, apesar dessa dicotomia observada em larga escala na análise espacial, percebe-se certa heterogeneidade social em toda a metrópole, tanto nas áreas periféricas pela presença de segmentos da classe média, como nas áreas do centro devido à presença da classe média e das classes populares. Isto é, essa caracterização referida acima diz respeito a uma concentração relativa, em que as áreas são geralmente permeadas

por segmentos da população que ocupam diferentes posições na estrutura social.

No entanto, observamos que a periferia metropolitana tende a ter maior homogeneidade social do que as áreas do centro metropolitano. Apesar de uma maior tendência à heterogeneidade social nas áreas do centro, o que se observa é que a classe superior que concentra relativamente esses espaços exerce poder de dominação sobre as classes populares que ali residem e também sobre as classes populares que se localizam na periferia, porque é a classe superior que tem os recursos materiais e simbólicos e os mecanismos necessários para definir a estrutura socioespacial da metrópole como um todo.

O caso da metrópole do Rio de Janeiro¹ é emblemático nesse sentido, pois além de apresentar o modelo socioespacial de segregação de centro-periferia, apresenta também outro modelo denominado proximidade física e distância social, considerando que na metrópole do Rio de Janeiro há favelas, inclusive na área central. Isso significa que a heterogeneidade social é verificada pelo duplo modelo de segregação socioespacial: centro-periferia e favela e não-favela.

Os espaços do centro metropolitano são também caracterizados pelas melhores condições materiais urbanas, o que define o fenômeno das desigualdades urbanas na metrópole e reforça ainda mais a segregação socioespacial (Ribeiro & Ribeiro, 2013a), tendo em vista que o lugar de concentração da classe superior é também o lugar de concentração dos melhores recursos urbanos (serviços e infraestrutura). Na medida em que existem segmentos das classes populares que residem na área central da metrópole, a questão que propomos neste trabalho é de saber se as classes populares que lá vivem obtêm níveis de renda diferentes em relação às classes populares que vivem na periferia da região metropolitana. Ou seja, morar nas áreas da metrópole onde há melhores condições materiais urbanas, e onde a classe superior está concentrada, proporciona menores desvantagens sociais que viver na periferia metropolitana?

A hipótese que sugerimos é que as classes populares que vivem no centro metropolitano não são capazes de transformar suas condições urbanas, tanto materiais quanto simbólicas, em níveis maiores de renda obtidos no mercado de trabalho em relação às classes populares que vivem na periferia, o que nos levaria a repensar o padrão de organização social do território expresso pelo modelo centro-periferia. Para testar essa hipótese, utilizamos os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010a, com base em uma análise de regressão multinível para a metrópole do Rio de Janeiro.

Este trabalho está organizado em mais seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, procuramos discutir o modelo histórico de organização do território das metrópoles brasileiras e latino-americanas, denominado de centro-periferia. Na terceira seção, apresentamos algumas abordagens referentes ao efeito território, tendo em vista que utilizamos de seus pressupostos para análise subsequente. Na quarta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos e analíticos utilizados para o teste empírico da hipótese que norteia este trabalho. Na quinta

seção, procuramos refletir sobre os resultados obtidos, na perspectiva de dar uma interpretação consistente a luz do modelo de organização social do território metropolitano e do efeito território. Na sexta seção, realizamos as considerações finais, resumizando os principais resultados encontrados.

Organização social do território: modelo centro-periferia

O processo de urbanização ocorrido no Brasil no período de 1930 a 1980, que coincide com período de industrialização da economia brasileira, baseado na política de substituição de importações, se deveu em grande medida ao movimento migratório campo-cidade e inter-regional, concentrando boa parte da população em alguns dos principais centros urbanos, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, que naquele momento se constituíram como as principais metrópoles do país, em termos populacional e econômico.

A chegada de expressivas massas populacionais nesses centros urbanos, que eram os lugares de concentração das atividades industriais do país e, portanto, de concentração dos empregos gerados por aquele processo de desenvolvimento econômico, se deu de modo acelerado e num nível muito superior à exigência do seu mercado de trabalho. As pessoas que não conseguiram se inserir no setor formal do mercado de trabalho tiveram que criar estratégias de sobrevivência por meio da realização de atividades informais, muitas vezes precárias e desprotegidas. Essa situação manifesta no mercado de trabalho também ganhou sua expressão urbana, tendo em vista que a solução para o problema da moradia, principalmente da população imigrante, foi encontrada na periferia desses centros urbanos, lugares distantes de onde se concentravam os postos de trabalho.

O modo de organização do território metropolitano, nesse período, ficou conhecido como centro-periferia. O centro se caracterizava pela concentração das principais formas de emprego e era onde também se concentravam as melhores condições urbanas em termos de serviços e infraestruturas. Era, portanto, o lugar de concentração dos grupos sociais ou classes que ocupavam posições superiores na estrutura social dessas metrópoles. A periferia, por sua vez, se caracterizava exatamente em oposição às características do centro, tendo em vista que era o lugar distante da concentração de emprego, com precárias condições urbanas e onde abrigava os grupos sociais ou classes que ocupavam posições inferiores na estrutura social.

Os estudos urbanos realizados naquele período procuravam buscar explicação para essa forma de organização do território metropolitano, bem como para os mecanismos que levavam a sua constituição. As variadas interpretações tentavam caracterizá-los desde a ideia de marginalidade social manifestadas no território (Castells, 1973; Quijano, 1973) até a ideia de espoliação urbana (Kovarick, 1993). Havia explicações que buscavam no bojo do processo de desenvolvimento econômico, em condições de dependência, as razões para que as principais cidades brasileiras e latino-americanas se configurassem pelo modelo centro-

periferia. Outras explicações se apresentaram como críticas a essa interpretação (Singer, 2012). E outras ainda buscaram nos mecanismos da acumulação urbana a explicação para essa configuração espacial, algumas delas tentando demonstrar que foi por meio da ação do Estado que esses mecanismos haviam sido operados (Abreu, 1981; Vetter, Pinto, Fredrich & Massena, 1981).

Em análise realizada no começo dos anos 1980, Vetter et al. (1981) analisaram a organização social do território da metrópole do Rio de Janeiro, por meio da utilização de técnicas denominada de ecologia fatorial, e constatou que sua configuração se expressava do seguinte modo: núcleo, zona de transição, periferia imediata, periferia intermediária e periferia distante. Nesse estudo, em que procuraram explicar os mecanismos geradores dessa configuração espacial, a partir da análise de indicadores sociais, urbanos e fiscais, revelaram que os benefícios líquidos da ação do Estado se concentravam nas áreas do núcleo metropolitano e de seu entorno imediato (zona de transição), em detrimento do que acontecia nas periferias.

Vejam que a organização social do território metropolitano baseado no modelo centro-periferia se apresentou de modo consistente ao final daquele período de desenvolvimento econômico e intensa urbanização. De lá para cá, ocorreram muitas mudanças no país. Com o esgotamento da política de substituição de importações e a consequente crise econômica e social que o país passou após os anos 1980, período em que ocorreu seu processo de redemocratização, houve mudanças significativas em sua estrutura econômica, quando se adotou a abertura comercial e financeira, passando por um processo de reestruturação produtiva e, mais tarde, de retomada do crescimento econômico (na segunda metade dos anos 2000), com significativa distribuição de renda (Pochmann, 2012). Tudo isso num contexto em que a maior parcela da população brasileira passou a viver nas cidades e parte expressiva dela morava nos seus principais centros urbanos. Diante de todas essas mudanças ocorridas no país, se passou a questionar a permanência do modelo centro-periferia como configuração da organização social do território metropolitano (Andrade, 2016; Lago, 2008). Esse questionamento do modelo centro-periferia foi respaldado empiricamente pela presença de condomínios horizontais fechados da classe média e alta que passaram a se localizar em área da periferia metropolitana, sendo interpretado como enclaves fortificados por Caldeira (2000) para análise realizada em São Paulo. Apesar de esse fenômeno diversificar socialmente os espaços periféricos, na escala de análise de toda a região metropolitana acabam sendo pouco representativos, tendo em vista a baixa densidade populacional das classes médias e altas que neles vivem em comparação com seu entorno.

Em análise que realizamos recentemente sobre a organização social do território da metrópole do Rio de Janeiro, a partir de uma metodologia da ecologia fatorial, mas utilizando um esquema de estratificação sócio-ocupacional como proxy da estrutura social, constatamos que mesmo tendo havido mudanças expressivas na configuração espacial da metrópole do Rio de Janeiro, o modelo centro-periferia ainda se manifestava

numa escala macro como configuração de sua organização social do território (Ribeiro & Ribeiro, 2015). Em outro trabalho que buscou analisar a distribuição dos recursos urbanos no interior da metrópole, compreendidos por aqueles recursos de produção e consumo coletivos, necessários para garantir as condições de reprodução social na metrópole, verificamos as desigualdades de sua distribuição, também expressos pelo modelo centro-periferia (Ribeiro & Ribeiro, 2013a). É com base, portanto, nessas constatações que procuraremos verificar se o território metropolitano, expresso por esse modelo de organização social, exerce determinação nas desigualdades de renda do trabalho da classe popular.

Abordagens analíticas do efeito território

No período em que ocorreu o intenso processo de urbanização brasileira e latino-americana, os estudos urbanos procuravam compreender as razões e os mecanismos que explicavam o modo como os principais centros urbanos estavam se configurando espacialmente, demonstrando como a questão social, principalmente por sua relação com o mercado de trabalho, se expressava no espaço, configurando o modo de organização social do território denominado de centro-periferia. É em período mais recente que nos países latino-americanos, e também no Brasil, que as análises inversas passaram a ocorrer, quais sejam: uma vez configurada a organização social do território metropolitano, a questão que se colocou foi a de saber se esse território exerce determinação nas desigualdades de renda das pessoas. Trata-se de verificar, portanto, se as desigualdades territoriais existentes nas metrópoles exercem explicação nas desigualdades sociais, denominado de efeito-território (ou efeito vizinhança).

Esses estudos sobre o efeito território surgiram inicialmente nos Estados Unidos a partir da publicação da obra *The Truly Disadvantaged: the Inner City, the Underclass, and the Public Policy*, de W. J. Wilson (1987), em que o autor procurou explicar que a pobreza urbana e sua reprodução existente no gueto de Chicago se deviam às condições de mudanças estruturais ocorridas naquele país que levavam à situação de isolamento social dos pobres e negros daquela cidade. Por meio, portanto, do isolamento social foi inaugurada uma perspectiva de pesquisa em que procurou analisar o efeito território sobre as desvantagens entre os diferentes indivíduos no interior do espaço urbano. De lá para cá, foram realizados muitos estudos sobre efeito território em diversos países do mundo, principalmente na América do Norte e, também, na Europa.

Esses estudos que se utilizaram do efeito território se preocuparam também em buscar explicação para os mecanismos produtores de desvantagem social. Esses mecanismos foram sistematizados por Ellen e Turner (1997), a partir de levantamento realizado em várias pesquisas que se preocuparam com o tema. Segundo as autoras, esses mecanismos podem ser classificados como: qualidade dos serviços locais; socialização dos adultos; influência de pares; redes sociais; exposição ao crime e violência; distância e isolamento. Porém, as autoras ressaltam que esses mecanismos podem operar em estágios diferentes da fase da

vida. Aqueles mecanismos que costumam operar na fase adulta dos indivíduos normalmente são as redes sociais e a distância e o isolamento, principalmente para oportunidades relativas ao mercado de trabalho.

Small e Newman (2001) também realizaram um levantamento de trabalhos que utilizaram o efeito território para análise de vários fenômenos sociais. Dentre os estudos que identificaram, puderam constatar que, de modo geral, poderiam ser classificados segundo dois modelos gerais: o primeiro modelo compreende os mecanismos de socialização, que procura analisar como a vizinhança socializa as pessoas que nela crescem; o segundo modelo compreende os mecanismos instrumentais, cuja preocupação é analisar como a agência dos indivíduos é limitada pelas condições da vizinhança (ou do bairro). Por esse motivo, tais mecanismos são utilizados para explicar o efeito território sobre fenômenos relacionados com adultos, ao invés de crianças e adolescentes.

Esses autores têm sido referenciados em diversos estudos sobre o efeito-território, tendo em vista a análise dos mecanismos explicativos do território sobre os diversos fenômenos sociais. Neste trabalho, nos interessa utilizar principalmente os mecanismos que dizem respeito às oportunidades dos adultos (Ellen & Turner, 1997) ou os mecanismos instrumentais (Small & Newman, 2001), tendo em vista nosso objeto de análise que diz respeito às desigualdades de obtenção de renda no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em período mais recente, vários estudos também têm sido realizados nos países da América Latina, em especial no Brasil, que tratam do efeito-território, apesar de essa perspectiva analítica não ter ainda sido plenamente disseminada no campo dos estudos urbanos (Alves, Franco & Ribeiro, 2008; Kaztman, 1999, 2001; Ribeiro & Kolinski, 2010; Salata & Sant'Anna, 2010). Esses estudos têm se concentrado, principalmente, sobre oportunidades referentes à educação e, também, ao mercado de trabalho. Dentre eles podemos citar o trabalho pioneiro de Ribeiro, Rodrigues e Côrrea (2009), que analisaram o efeito da divisão social do espaço urbano de várias metrópoles brasileiras sobre as condições de acesso à estrutura de oportunidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, procuraram analisar as chances (ou riscos) dos indivíduos situados em baixo, médio ou alto contexto de moradia de estarem desempregados ou de se encontrarem em condições de fragilidade ocupacional. Também procuraram relacionar o contexto social de moradia com os rendimentos obtidos no mercado de trabalho.

Uma das limitações existentes que envolvem análises sobre efeito-território diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados. Isso porque nos estudos referentes ao efeito-território são utilizadas diferentes bases de dados, diferentes modos de definição do território (bairro, vizinhança, etc.) e diferentes métodos de análise. Mas também nesse terreno, há evidências de avanços significativos que têm propiciado análises mais acuradas sobre o efeito-território, como podemos observar no estudo de Andersson e Musterd (2010), que realizaram análise de três áreas metropolitanas da Suécia para verificar qual escala é mais apropriada para análise do efeito território. A partir da definição geográfica de escala,

em que o nível mais elevado era a escala dos municípios que compõem as áreas metropolitanas, os autores testaram os seus efeitos, para o ano de 2002, utilizando-se de quatro variáveis de contexto – a porcentagem de desempregados em 1999, a porcentagem de não migrantes em 1999, a porcentagem com renda nos três últimos decis de renda em 1999 e a porcentagem com renda nos três primeiros decis de renda em 1999. Para tanto, realizaram uma análise de regressão multinível, na perspectiva de separar os efeitos decorrentes dos indivíduos, propriamente dito, dos efeitos decorrentes do contexto em que estão inseridos sobre as diferenças de obtenção de renda no mercado de trabalho. Os resultados encontrados por Andersson e Musterd (2010) demonstraram que os efeitos da escala do município, que corresponde à maior escala, foram os mais fracos, atestando que as escalas menores exercem maior influência sobre as chances dos indivíduos.

Neste trabalho, como veremos a seguir, vamos utilizar da análise de regressão multinível para avaliar as diferenças de obtenção de renda da classe popular no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Procedimentos metodológico e analítico

Para testar a hipótese deste trabalho, procuramos analisar o efeito territorial sobre as desigualdades de renda no mercado de trabalho da classe popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Para tanto, utilizamos os microdados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010. O procedimento analítico consistiu na realização de análise multinível em dois níveis: no primeiro, foram consideradas variáveis referentes aos atributos dos indivíduos; no segundo, foram consideradas variáveis referentes ao território. Nesse sentido, controlando pelos atributos dos indivíduos, o interesse deste trabalho consistiu em verificar se o território metropolitano tem efeito sobre as desvantagens sociais dos indivíduos no mercado de trabalho em relação à obtenção de renda, em especial referentes à classe popular (também denominada de trabalhadores manuais). Ou seja, os níveis de renda dos indivíduos no mercado de trabalho são diferentes a depender do seu local de moradia na metrópole? Se isso é verdadeiro, quais são os mecanismos que explicam essas diferenças? Essas diferenças ainda podem ser interpretadas pela relação centro-periferia?

A análise da classe popular parte da constatação de que ela se encontra presente em todas as áreas da metrópole, apesar de em algumas delas esse segmento populacional ser predominante e em outras áreas conviver próximas de classes sociais que ocupam posição mais elevada na estrutura social. Nesse sentido, despertou-se o interesse em saber se uma classe social que apresenta características muito similares entre si apresenta desigualdades no mercado de trabalho a depender de onde se situa seu local de moradia no interior da metrópole. Consideramos, inicialmente, que como se trata de um segmento populacional com pouco

capital cultura e pouco capital econômico (Bourdieu, 1997), não haveria desvantagens sociais no mercado de trabalho em decorrência de onde se situa seu local de moradia, ou seja, as diferenças de obtenção de renda no mercado de trabalho não se explicariam em razão do seu local de residência, dado as características sociais desse segmento populacional. Isso porque elas estariam sob as mesmas condições no mercado de trabalho.

A definição de classe popular partiu do esquema de estratificação sócio-ocupacional elaborado pelo Observatório das Metrópoles, construído por meio da variável ocupação (profissão), em que foram agrupadas de modo hierárquico 24 categorias, e estas classificadas em oito grupos, a saber: dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores agrícolas (Ribeiro & Ribeiro, 2013b). Esse esquema de estratificação foi elaborado de acordo com o conceito de espaço social formulado por Bourdieu (2008), onde as ocupações foram classificadas segundo sua representação em termos de capital cultural e de capital econômico, refletindo, portanto, posições sociais em termos de seu volume global de capital e, ao mesmo tempo, em termos de sua estrutura de capital. A classe popular, sob essa perspectiva, corresponde àquelas posições sociais que estão em oposição à classe dominante, sendo distintas social e simbolicamente no espaço social. Um dos critérios utilizados pelo Observatório das Metrópoles para construção de seu esquema de estratificação diz respeito às diferenças ocupacionais em termos de trabalho manual e trabalho não manual. Considerou-se, portanto, a classe popular correspondente ao conjunto de trabalhadores manuais: trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário e trabalhadores do terciário não especializado. Apesar de os trabalhadores agrícolas serem também trabalhadores manuais, optou-se pela utilização apenas das ocupações que são eminentemente urbanas, o que nos levou a não considerá-la nesta análise.

A RMRJ é a segunda principal metrópole do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo em termos populacionais e econômicos. Com uma população em torno 12 milhões (IBGE, 2010a) e um Produto Interno Bruto R\$ 295,5 bilhões (IBGE, 2010b), em 2010, sempre apresentou um quadro interno de desigualdades historicamente verificado pelo modelo centro-periferia, onde no centro metropolitano a população apresenta melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, é onde são também melhores as condições urbanas; por outro lado, a periferia metropolitana se constituiu como sendo o lugar da ausência ou precariedade das condições urbanas, ao mesmo tempo o lugar de moradia das camadas sociais que ocupam posições mais baixas da estrutura social. Portanto, o centro metropolitano aqui tratado refere-se à sua dimensão social e não geográfica, propriamente dita, e se situa na área da metrópole denominada de Zona Sul (Copacabana, Ipanema, Leblon, etc.), os bairros em torno da Tijuca (Vila Isabel, Grajaú e Tijuca) e também os bairros em torno da Barra da Tijuca (Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca),

todos situados no município do Rio de Janeiro, que dá nome à Região Metropolitana. Ainda faz parte do centro metropolitano a Zona Sul do município de Niterói, município que foi capital do estado do Rio de Janeiro até 1975. Além desses dois municípios, a RMRJ é composta por mais 18, a saber: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João do Meriti, Seropédica e Tanguá. Para análise do efeito território serão consideradas as áreas internas dos municípios que compõem a Região Metropolitana disponibilizados no censo demográfico do IBGE, tendo em vista que essas áreas internas, denominadas de áreas de ponderação, foram construídas por critérios de relativa homogeneidade demográfica (IBGE, 2010a) e tamanho populacional, ao contrário da utilização dos municípios que são muito diferentes em termos populacionais. Além disso, a utilização das áreas de ponderação tem a vantagem de possibilitar uma análise mais detalhada do território metropolitano porque elas correspondem a um total de 338 áreas.

O procedimento operacional para a realização da análise do efeito território consistiu na análise multinível, em dois níveis analíticos. No primeiro, foram considerados os atributos dos indivíduos: características adscritas (sexo, cor ou raça e idade), características adquiridas (escolaridade) e características de sua inserção no mercado de trabalho (relação de trabalho – se formal ou informal – e horas trabalhadas). Diferenças de obtenção de renda em decorrência de sexo e cor ou raça expressam efeito discriminatório do mercado de trabalho; diferenças de obtenção de renda em decorrência de escolaridade e relação de trabalho expressam efeito de segmentação do mercado de trabalho (Barros & Mendonça, 1995).

No segundo nível foram consideradas três variáveis² que expressam a condição territorial: i) a proporção de pessoas que realizam deslocamento casa-trabalho diariamente de uma hora ou mais em relação ao total de pessoas ocupadas; ii) a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com nível superior de escolaridade; iii) a proporção de pessoas de cor preta. A primeira variável expressa a condição de segmentação territorial, o que nos permite classificá-la por meio de mecanismo instrumental de acordo com Small e Newman (2001), tendo em vista que ela reflete a distância do local de moradia e os lugares de concentração de emprego, ao mesmo tempo que pode revelar as condições de deslocamento existente na metrópole. A segunda variável expressa as condições sociais de cada área da metrópole, ao mesmo tempo que possibilita uma interpretação em termos de constituição de capital social, tendo em vista que onde há maior concentração de pessoas de 25 anos ou mais de idade com nível superior de escolaridade pode haver maior possibilidade de obtenção de maior renda, isso seria decorrente da mistura social apresentando-se como um contexto social propício à formação de capital social. A terceira variável expressa uma dimensão de discriminação racial do território, tendo em vista que áreas em que há grande presença de pessoas de cor preta podem sofrer negativamente as desvantagens no mercado de trabalho no que diz

respeito à obtenção de renda. A Tabela 1 sumariza as informações de cada uma das variáveis utilizadas no modelo multinível.

tabela 1
Descrição das variáveis do modelo multinível

nome	descrição	referência
Variável dependente		
Renda do trabalho	Logaritmo do rendimento do trabalho principal	Variável contínua
Variáveis independentes do primeiro nível		
Escolaridade	Construída segundo níveis de escolaridade:	
	a) Sem instrução e fundamental incompleto;	
	b) Fundamental completo e médio incompleto;	Sem instrução e fundamental incompleto
	c) Médio completo e superior incompleto;	
Sexo	d) Superior completo.	
	Construída segundo o sexo:	
	a) Masculino;	Feminino
Cor ou raça	b) Feminino	
	Construída segundo a cor ou raça:	
	a) Branca;	Não branca
Formal	b) Não branca (Preta + Parda)	
	Construída segundo a relação de trabalho:	
	a) Formal (empregados com carteira de trabalho assinada);	Informal
Idade	b) Informal (empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria)	
	Em anos de idade	Variável discreta
Horas de trabalho	Em horas de trabalho	Variável discreta
Variáveis independentes do segundo nível		
Prop_Pess1hora	Proporção de pessoas que realizam diariamente deslocamento casa-trabalho de 1 hora ou mais	Variável contínua
Prop_PessEscSup	Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com nível superior de escolaridade	Variável contínua
Prop_PessPretas	Proporção de pessoas de cor ou raça preta	Variável contínua

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE – 2010

A análise multinível, realizada em dois níveis hierárquicos, consiste na realização de três modelos de análise: modelo nulo (quando só se insere a variável dependente), modelo de nível 1 (quando se inserem as variáveis do nível 1) e modelo de nível 2 (quando se acrescentam as variáveis do nível 2). No modelo nulo, é onde se analisa a consistência do modelo multinível, de modo a verificar se se justifica a sua realização.

A partir dos resultados obtidos no modelo nulo (Tabela 2), podemos perceber que a grande média na obtenção de renda do trabalho, independente das características individuais e das condições do território, é de 6,62, apresentando resultado estatisticamente significativo. A variância tradutora das diferenças intraindividuais é de 0,38 e das diferenças entre as áreas no interior da metrópole é de 0,03, ambas sendo estatisticamente significativas, o que nos permite inspecionar a importância dos preditores tanto do primeiro quanto do segundo nível hierárquico. O coeficiente de correlação intraclasse (ICC, sigla em inglês)³ é de 7%, o que significa que 7% das diferenças total entre os indivíduos está associado às características distintas do território. Neste caso, o modelo nulo nos aponta a pertinência de prosseguir na análise multinível.

tabela 2
Modelo nulo: Estimativa de efeitos fixos e dos parâmetros da covariância
da variável dependente (Log do rendimento do trabalho principal)

estimativas de efeitos fixos						
Parâmetro	Estimativas	Modelo padrão	df	t	Sig.	Intervalo de confiança 95%
Ordenada na origem	6,616316	0,00944	301,678	700,866	0,000	Limite inferior Limite superior
estimativas de parâmetros de covariância						
Parâmetro	Estimativas	Modelo padrão	Wald Z	Sig.	Limite inferior	Intervalo de confiança 95% Limite superior
Resíduos	0,380557	0,001326	286,999	0,000	0,377967	0,383164
Ordenada na origem [assunto = V0011]	0,028852	0,002449	11,779	0,000	0,024429	0,034075

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE – 2010

Todas as variáveis inseridas no nível 1 do modelo são estatisticamente significativas. Isso nos permite realizar a interpretação de seus efeitos. Como a variável dependente (rendimento do trabalho principal) foi transformada em logaritmo, podemos fazer a interpretação do efeito das variáveis predictoras em percentual. Nesse caso, podemos observar que a variável escolaridade nos mostra o efeito das categorias presentes em relação à categoria de referência, que diz respeito às pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto. Assim, as pessoas que têm o fundamental completo ganham, em média, 13% mais que as pessoas classificadas na categoria de referência. Aquelas que têm o ensino médio completo ganham, em média, 29% mais que as pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto. E aquelas que têm nível superior ganham, em média, 73% a mais. Ou seja, quanto maior nível de escolaridade maior é, em média, o nível de rendimento, resultados compatíveis com fatos estilizados na produção científica sobre o assunto. Os resultados também demonstram que os homens ganham, em média, 34% mais que as mulheres; pessoas de cor branca ganham, em média, 7,3% mais que pessoas não brancas (pretas e pardas); aqueles que se encontram em relação formal de trabalho (empregado com carteira de trabalho assinada) ganham, em média, 15% mais que aqueles que estão na informalidade (conta própria e empregado sem carteira assinada); e, apesar de pequenos os efeitos da idade e da hora de trabalho semanal, essas variáveis também são estatisticamente significativas (Tabela 3).

tabela 3

Estimativas de efeitos fixos da variável dependente (Log do rendimento do trabalho principal)

parâmetro	estimativas	modelo padrão	df	t	sig.	intervalo de confiança 95%	
						limite inferior	limite superior
Ordenada na origem	5,56011	0,00968	850,12	574,503	0,000	5,54112	5,57911
Fundamental	0,13170	0,00349	161.291,45	37,777	0,000	0,12486	0,13853
Médio	0,28776	0,00337	161.503,74	85,498	0,000	0,28117	0,29436
Superior	0,73306	0,01019	161.512,00	71,959	0,000	0,71309	0,75303
Sexo	0,34713	0,00280	161.268,25	123,887	0,000	0,34164	0,35263
Cor/raça	0,07376	0,00286	161.443,80	25,816	0,000	0,06816	0,07936
Formal	0,15009	0,00279	161.361,64	53,750	0,000	0,14462	0,15556
Idade	0,00814	0,00011	161.437,38	75,719	0,000	0,00793	0,00835
Horas trab.	0,00659	0,00009	161.310,04	77,126	0,000	0,00642	0,00676

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE – 2010

A Tabela 4 apresenta o resultado do modelo multinível quando se acrescenta as variáveis de segundo nível (variáveis territoriais). Nesse modelo, podemos observar que todas as variáveis territoriais apresentam efeito significativo. Apesar de as variáveis proporção de pessoas de 25 anos e mais de idade com nível superior de escolaridade e proporção de pessoas de cor ou raça preta terem nível de significância de 1%, a variável proporção de pessoas que realizam deslocamento casa-trabalho de uma hora ou mais diariamente tem nível de significância de 5%. Isso quer dizer que as duas primeiras variáveis têm efeitos mais significativos estatisticamente que a última variável. Mas, de todo modo, todas elas podem ser consideradas para explicar as diferenças de obtenção de rendimento do trabalho principal entre pessoas da classe popular.

A variável proporção de pessoas que realizam deslocamento casa-trabalho de uma hora ou mais diariamente apresentou resultado negativo. Isso significa que há uma relação inversa entre o tempo de deslocamento casa-trabalho e o nível de rendimento obtido no mercado de trabalho. Efeito semelhante também é observado na variável proporção de pessoas de cor preta, o que demonstra que quanto maior é a proporção de pessoas de cor preta na área de ponderação menor é o nível de rendimento. Relação direta foi observada somente pela variável proporção de pessoas de 25 anos e mais de idade com nível superior de escolaridade, o que significa que quanto maior é essa proporção, maior é o nível de rendimento obtido no mercado de trabalho pela classe popular.

A partir desses resultados, na próxima seção procuraremos realizar sua interpretação, tendo em vista a contribuição das abordagens do efeito-território e considerando o modelo centro-periferia de organização social do território da metrópole do Rio de Janeiro.

tabela 4
Modelo multinível: Estimativas de efeitos fixos da variável dependente (Log do rendimento do trabalho principal)

parâmetro	estimativas	modelo padrão	df	t	sig.	intervalo de confiança 95%	
						limite inferior	limite superior
Ordenada na origem	5,53759	0,02162	330,64	256,083	0,000	5,49505	5,58013
Fundamental	0,13172	0,00348	161.511,75	37,810	0,000	0,12489	0,13854
Médio	0,28732	0,00336	160.025,03	85,559	0,000	0,28074	0,29391
Superior	0,72734	0,01019	161.493,29	71,384	0,000	0,70737	0,74731
Sexo	0,34774	0,00280	161.347,11	124,120	0,000	0,34225	0,35324
Cor /raça	0,07271	0,00286	161.414,35	25,443	0,000	0,06711	0,07831
Formal	0,14995	0,00279	161.500,25	53,743	0,000	0,14448	0,15542
Idade	0,00811	0,00011	161.412,21	75,503	0,000	0,00790	0,00832
Horas trab.	0,00658	0,00009	161.506,58	77,037	0,000	0,00641	0,00674
Prop_Pess1hora	-0,11692	0,05078	270,51	-2,303	0,022	-0,21689	-0,01696
Prop_PessEscSup	0,56919	0,03740	346,22	15,221	0,000	0,49564	0,64274
Prop_PessPretas	-0,00386	0,00123	276,36	-3,140	0,002	-0,00629	-0,00144

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE – 2010

Em busca de interpretação

Vimos que o território apresenta efeito estatisticamente significativo para as três variáveis utilizadas no modelo analítico que procurou avaliar as diferenças de obtenção de renda no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esses resultados não corroboram a hipótese anteriormente formulada, quando se considerava que pelo fato de a análise recorrer para a classe popular, em que todos que dela fazem parte se caracterizam pela realização de trabalho manual e, portanto, com pouco capital cultural e pouco capital econômico, o território não pudesse exercer diferença no mercado de trabalho. Mas, ao contrário, em todas as variáveis analisadas o território exerceu efeito explicativo sobre as diferenças de obtenção de renda no mercado de trabalho para a classe popular. Porém, cada uma das variáveis expressa dimensões particulares do território.

A proporção de pessoas que realizam deslocamento casa-trabalho diariamente de uma hora ou mais expressa a segmentação territorial da metrópole, considerado um mecanismo instrumental (Small & Newman, 2001), na medida em que quanto maior a proporção de pessoas que se deslocam em tempo superior à uma hora nos informa sobre as distâncias que separam o local de moradia do local de concentração de emprego, como pode ser visto na figura 1. Isso demonstra que há barreiras materiais que afetam as oportunidades de vida das pessoas, principalmente quanto à possibilidade de obtenção de melhores rendimentos no mercado de trabalho. Essas barreiras materiais, que podem ser a quantidade e qualidade dos transportes públicos, os altos preços dos combustíveis de transportes particulares ou a infraestrutura viária existente na metrópole,

impedem que as pessoas obtenham maiores rendimentos, contribuindo, assim, para redução de sua renda real, monetária e não monetária (Harvey, 1973). Essa redução ocorre sob diferentes aspectos, mas ao mesmo tempo complementares. A distância, ao contribuir para as pessoas obterem ocupações que remuneram menos, ainda aumenta os custos de deslocamentos por meio de transporte público e por meio de transporte privado. Além disso, os deslocamentos de grandes distâncias realizados diariamente levam ao desgaste físico daquelas pessoas que estão sujeitas às essas condições, bloqueando as possibilidades de sua superação. Ou seja, há um ciclo vicioso expresso pela segmentação do território metropolitano que impede a superação das desigualdades de obtenção de rendimento no mercado de trabalho, demonstrando que as pessoas que estão mais perto dos locais de concentração de emprego conseguem ocupação com maiores remunerações, têm menos custos de deslocamento e menos desgaste físico; ao contrário, as pessoas que estão mais distantes dos locais de concentração de emprego conseguem ocupações de menor rendimento, têm custos mais elevados de transporte e maior desgaste físico por realizarem cotidianamente longos deslocamentos.

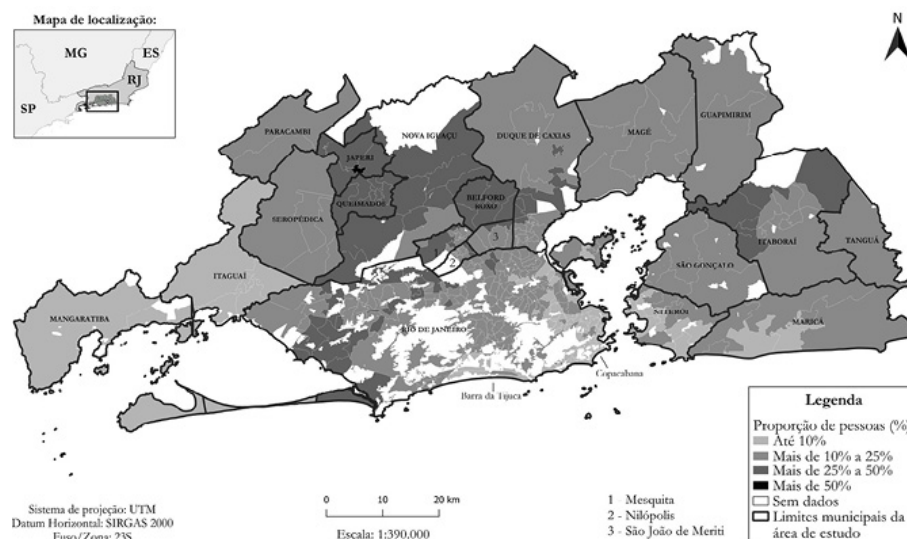


FIGURA 1

Proporção de pessoas ocupadas que realizam deslocamento casa-trabalho acima de 1 hora (em %) – 2010

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE – 2010

A proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com nível superior, ao ser expressão das diferenças de condições sociais do território, pode ser compreendida também como expressão da segregação territorial na metrópole, entendida pela homogeneidade interna de cada área metropolitana e heterogeneidade em relação às demais áreas (Castells, 2000). Apesar de a escolaridade de nível superior ter se ampliado no Brasil nos diversos segmentos sociais, ainda é um recurso de diferenciação social significativo, principalmente quando se filtra considerando apenas as pessoas de 25 anos ou mais de idade, conforme representado na figura 2. Nesse sentido, podemos considerar que nas áreas da metrópole onde havia uma grande concentração de pessoas com nível superior de escolaridade

eram áreas que se distanciavam física e simbolicamente das áreas com pequena concentração de pessoas com nível superior de escolaridade, demonstrando que aquelas apresentam melhores condições sociais e essas as piores condições. A contradição observada é que as pessoas da classe popular que moram nas áreas de melhores condições sociais se beneficiam dessas condições. É contraditório porque as distâncias sociais observadas no espaço social podem se configurar mesmo em condições de proximidade física, como alguns trabalhos o demonstra (Ribeiro, 2008), especialmente no caso do Rio de Janeiro, onde há a presença de favelas nas áreas mais nobres da cidade. Se essas distâncias sociais não existissem, poderíamos conjecturar sobre a existência de constituição de capital social ou de laços sociais fortes entre diferentes classes (Granovetter, 1985) que contribuiriam para que a classe popular, moradora das áreas de melhores condições sociais, tendo em vista a rede de relacionamentos constituída, conseguiria obter informações ou indicações de trabalho que permitisse acessar às melhores ocupações em termos de remuneração. Porém, acreditamos que ainda continua válida a explicação que aponta para distância social em contexto de proximidade física, em especial na metrópole do Rio de Janeiro. Nesse sentido, cabe-nos buscar outras explicações para esses resultados.

Uma possível explicação para o fato de, em média, as pessoas da classe popular que moram nas áreas da metrópole de melhores condições sociais obterem maior remuneração no mercado de trabalho pode ter a ver com o tipo de ocupação que exercem. As áreas da metrópole caracterizadas por melhor condição social são também aquelas onde se concentram as pessoas com maior nível de renda. Isso permite que os serviços que nelas são oferecidos tenham preços mais elevados que os mesmos serviços oferecidos em áreas de condições sociais inferiores, como são o conjunto de ocupação exercido pelos chamados prestadores de serviços especializados, como cabeleireiros, cozinheiros e cuidadores de criança, e também algumas ocupações que compõem a categoria dos operários da construção civil, como eletricitas e pedreiros, que realizam trabalhos esporádicos em cada lugar onde atuam, mas cobram preços mais elevados. Aqueles prestadores de serviços ou operários da construção civil que moram nas mesmas áreas onde realizam seus trabalhos têm a vantagem de acessar maiores quantidades de trabalhos e, portanto, poderem obter maiores rendimento, além de se tornarem referência para sua clientela. E apenas nesse último sentido é que poderíamos falar que a proximidade física contribui para constituição de capital social, mas capital social, neste caso, entendido como a constituição de laços de relacionamentos baseado em relação de dominação e subordinação.

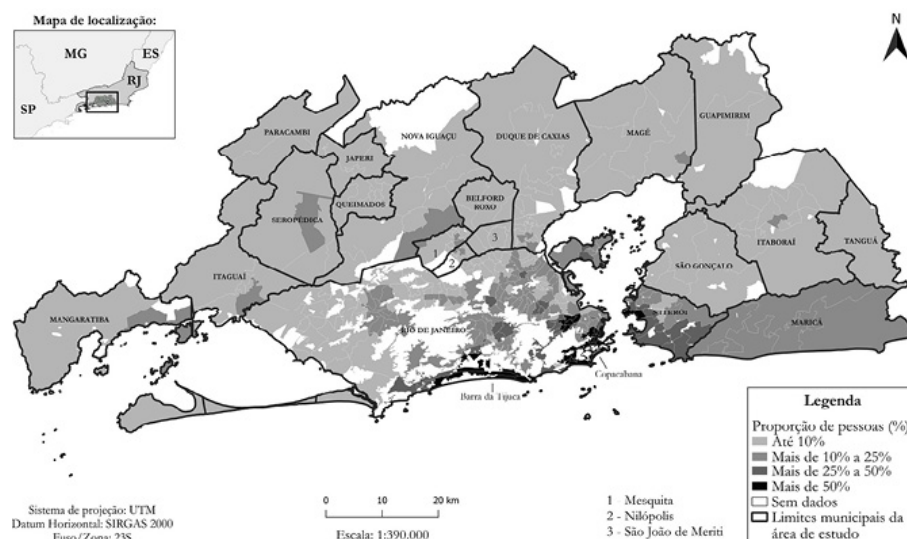


FIGURA 2

**Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade
com nível superior de escolaridade (em %) – 2010**

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE – 2010

Podemos também considerar que a constituição de laços sociais fracos em contexto de heterogeneidade social pode contribuir para aquisição de recursos (Granovetter, 1985). Isso ocorreria, intermediado pelo território, pelas oportunidades que aqueles grupos sociais ou classes que ocupam posição inferior na estrutura social obteriam em função do estabelecimento de relacionamentos com grupos sociais ou classes que estão em posições superiores da referida estrutura e com acesso ou conhecimento dos recursos existentes na metrópole. Apesar de os relacionamentos não se constituírem num tipo de interação social baseado no estabelecimento de vínculos fortes (como frequentar o mesmo bar, realizar encontros de lazer conjunto ou mesmo estabelecer relações afetivas), os recursos disponíveis de acesso e conhecimento dos grupos sociais ou classe que ocupam posições superiores da estrutura social podem ser disponibilizados para aqueles grupos ou classes de posição inferior.

A proporção de pessoas de cor ou raça preta expressa um processo de segregação racial, representa na figura 3, na medida em que quanto maior a proporção de pessoas de cor ou raça preta menor, em média, é o nível de obtenção de renda no mercado de trabalho e o contrário, quanto menor a proporção de pessoas de cor ou raça preta maior é, em média, o nível de renda. Essa segregação racial que exerce determinação no nível de renda no mercado de trabalho seria explicada por dois diferentes mecanismos atuando ao mesmo tempo. Um dos mecanismos diz respeito ao efeito discriminatório na constituição de capital social, pois as pessoas da classe popular que moram em áreas da metrópole onde há maior concentração de pessoas de cor ou raça preta teriam maior dificuldade de constituição de laços de relacionamentos que permitissem acesso a ocupações de maiores remunerações, devido à discriminação territorial exercida por meio da cor ou raça. Aliado a esse mecanismo, pode ser possível haver também outro

de caráter institucional, tendo em vista que nas áreas onde se concentram as pessoas de cor ou raça preta a oferta de bens de consumo coletivo (como escolas ou centros de atendimento social, por exemplo) pode ser de pior qualidade, colaborando para reprodução das condições sociais aí existentes.

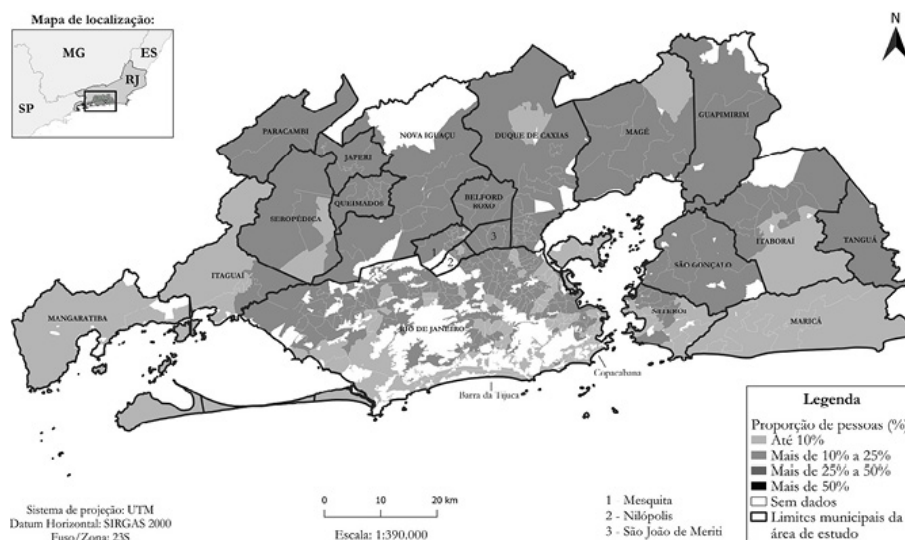


FIGURA 3

Proporção de pessoas de cor preta (em %) – 2010

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE – 2010

Como vimos essas três diferentes variáveis territoriais nos sugerem diferentes explicações para análise do efeito território na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Porém, qualquer que seja a variável analisada, encontramos uma configuração espacial expresso na relação centro-periferia. Ou seja, o velho padrão de configuração socioespacial das metrópoles brasileiras parece se reproduzir, mesmo com todas as mudanças que o país vivenciou nas últimas décadas, como pudemos visualizar nas figuras 1, 2 e 3.

A constatação desse velho padrão de organização social do território metropolitano por meio do efeito território sobre as desigualdades de renda no mercado de trabalho nos indaga no sentido de buscar interpretar o seu significado. Isso porque durante o período de intensa urbanização brasileira e de constituição dos principais centros urbanos buscava-se no processo de desenvolvimento econômico, dinamizado pela industrialização, no intenso processo de migração do campo para a cidade, das migrações inter-regionais e nos mecanismos de acumulação urbana, principalmente, a explicação para constituição das periferias urbanas como o lugar de concentração das camadas sociais de menor poder aquisitivo e como o lugar da precariedade das condições urbanas de vida (Kowarick, 1993; Oliveira, 1982; Singer, 2012; Vetter et al., 1981). O que estamos vendo agora é que, em momento de arrefecimento do processo de urbanização brasileira, a periferia metropolitana continua se apresentando em desvantagem para as oportunidades no mercado de trabalho, mesmo considerando somente a classe popular.

Ao considerar a perspectiva de Castells (2000) e Gottdiener (2010), que o espaço (e o espaço urbano) é produto e componente da estrutura social, a configuração socioespacial urbana só pode ser entendida na relação dialética com as demais instâncias da estrutura social: a econômica, a política institucional e a ideológica. Do ponto de vista da instância econômica, podemos considerar que o espaço urbano continua sendo um valor de uso complexo que se apresenta como força produtiva para a acumulação capitalista em suas várias esferas produtivas (Harvey, 1973), ao mesmo tempo que é objeto de acumulação para aquelas esferas produtoras do espaço urbano (Topalov, 1978). Tanto como força produtiva, quanto como objeto de acumulação, o produto urbano se constitui sob condições contraditórias que são próprias do capitalismo, por isso mesmo é que se constitui de modo desigual, mas combinado, engendrando espaços onde se concentram as melhores condições de vida e espaços de condições precárias de sobrevivência.

A instância político-institucional deve ser pensada no que se refere à gestão que é realizada sobre o espaço urbano, mas que deve ser compreendida na relação com a instância econômica. Nesse sentido, sendo o espaço urbano necessário para a reprodução do capital, a sua gestão é realizada a favorecer as condições necessárias para que aquela reprodução ocorra. Assim, as políticas urbanas têm como principal prerrogativa assegurar a reprodução do capital.

A instância ideológica também nos aproximar de uma interpretação da continuação histórica desse modelo de organização social do território metropolitano expresso na relação centro-periferia, mesmo que mudanças espaciais tenham ocorrido nessas últimas décadas no sentido de melhorar o padrão de vida urbano nos espaços denominado de periferia (Marques, 1998). Isso porque essa instância da estrutura social refere-se à dimensão produtora dos mecanismos simbólicos de reconhecimento do modo como se apresenta a configuração socioespacial. Esses mecanismos simbólicos justificam o fato de em determinadas áreas da cidade, por ser o lugar da classe superior e da classe média, serem providas dos recursos coletivos necessários para a vida urbana, ao passo de os lugares de concentração da classe popular esses recursos não serem completamente assegurados (Vetter et al., 1981).

Como corolário, a continuação da existência da configuração socioespacial de centro-periferia na metrópole do Rio de Janeiro decorre do modo como se articulam o poder público e as frações hegemônicas dos capitais que utilizam do espaço urbano para se realizarem e se reproduzirem. Ao mesmo tempo, isso leva a justificação de que a ação do poder público seja diferenciada no interior da metrópole, sendo aceito pela coletividade, mesmo que havendo resistências, num contexto em que os grupos sociais se diferenciam e se distanciam espacialmente, ao mesmo tempo que se diferenciam e se distanciam socialmente, configurando o espaço metropolitano como desigual, mas combinado, expresso na relação centro-periferia. E, como vimos, essa forma de configuração socioespacial contribui para as desigualdades entre os indivíduos e, portanto, coloca-

se como barreira à constituição de uma cidade (metrópole) socialmente justa.

Considerações finais

Este trabalho analisou as desigualdades de renda do trabalho da classe popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Partimos da hipótese que essas desigualdades não seriam explicadas pelo efeito-território, tendo em vista que a classe popular, também considerada como os trabalhadores manuais urbanos, constitui-se como um grupo social com pouco capital econômico e pouco capital cultural, demonstrando pouco volume de capital global e, portanto, em condições de relativa homogeneidade social, o que explicaria o modo de sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, os resultados encontrados demonstraram que, mesmo sendo considerada apenas a classe popular, o território exerce efeito explicativo nas diferenças de obtenção de renda no mercado de trabalho.

Esse efeito-território foi operacionalizado de três maneiras: a proporção de pessoas que realizam deslocamento casa-trabalho diariamente de uma hora ou mais por dia; a proporção de pessoas de 25 anos e mais de idade com nível superior de escolaridade; a proporção de pessoas de cor ou raça preta. Para separar os efeitos territoriais, propriamente ditos, dos efeitos referentes aos indivíduos, neste trabalho realizamos a análise empírica por meio da regressão multinível, utilizando os dados do censo demográfico do IBGE, de 2010a, que disponibilizam as informações dos indivíduos para cada área de ponderação (num total de 338 áreas).

Vale ressaltar que no Brasil, em especial no campo dos estudos urbanos, a utilização de análise multinível ainda é pouca disseminada. Nesse sentido, este trabalho constitui-se como um dos pioneiros nesse campo pela utilização desse tipo de técnica, nos permitindo a obtenção de resultados mais consistentes e acurados do fenômeno social que nos propusemos analisar. De todo modo, inclusive por esse caráter pioneiro, fica como desafio a continuidade e desdobramento desse tipo de técnica, especialmente porque há poucos analistas ou especialistas urbanos que se podem trocar experiências e fazer o conhecimento metodológico avançar.

O efeito-território encontrado pelas diferentes variáveis utilizadas foi interpretado por meio do que cada uma delas significa. Nesse sentido, pudemos ver que há mecanismos distintos do território que exerce explicação sobre as desigualdades de renda da classe popular no mercado de trabalho. Um dos mecanismos decorre da segmentação territorial, que pode ser considerado como um mecanismo instrumental segundo Small e Newman (2001), tendo em vista que a distância dos lugares de concentração de emprego contribui para obtenção de menor nível de rendimento, ao mesmo tempo em que leva a redução da renda real dos indivíduos (Harvey, 1973). Também observamos outro mecanismo instrumental, mas que expressa a própria segregação socioespacial no território metropolitano (concentração de pessoas de nível superior de escolaridade), que nos leva a considerar que em situação

de heterogeneidade social a constituição de laços fracos pode ser mais frutíferas na obtenção de recursos e, portanto, de renda que em situação de homogeneidade social e a existência de laços fortes (Granovetter, 1985). Por fim, vimos também que há mecanismo de discriminação territorial, tendo em vista que as pessoas que moram em áreas de maior concentração de indivíduos de cor ou raça preta têm mais desvantagem na obtenção de renda no mercado de trabalho.

Todos esses mecanismos operam a partir do modo como se manifesta a organização social do território da metrópole do Rio de Janeiro, tendo em vista que os lugares de maiores desvantagens são os lugares da periferia metropolitana e os lugares de maiores vantagens são os lugares do centro metropolitano, o que nos levou a considerar a continuidade da importância que ainda exerce o modelo centro-periferia como explicação da configuração socioespacial dessa metrópole. E para compreender o seu significado recorreremos novamente às explicações da sociologia urbana marxista (Castells, 2000; Topalov, 1978), que considera o território como produto e, ao mesmo tempo, componente da estrutura social. Neste sentido, é pela articulação dialética com as demais instâncias da estrutura social que podemos compreender sua configuração socioespacial.

Referências bibliográficas

- Abreu, M. A. (1981). Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, 43(4), 577-585. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1981_v43_n4.pdf
- Alves, F., Franco Junior, C. J. & Ribeiro, L. C. Q. (2008). Segregação residencial e desigualdade Escolar no Rio de Janeiro. Em L. C. Q. Ribeiro & R. Kaztman (Org.), *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina* (pp. 91-118). Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital.
- Anderson, R. & Musterd, S. (2010). What scale matters? Exploring the relationships between individuals' social position, neighbourhood context and the scale of neighbourhood. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 92(1), 23-43. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0467.2010.00331.x>
- Andrade, L. T. (2016). O espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial? *Caderno CRH*, 29(76), 101-118. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100007>
- Barros, R. P. & Mendonça, R. S. P. (1995). Os determinantes das desigualdades no Brasil. Texto para discussão IPEA, (377), 1-59. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0377.pdf
- Bourdieu, P. (1997). Efeitos do lugar. Em P. Bordieu (Org.), *A miséria do mundo* (pp. 159-166). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bourdieu, P. (2008). *A Distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.
- Caldeira, T. (2000). *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp.
- Castells, M. (2000). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Castells, M. (1973). La urbanización dependiente en América Latina. Em M. Castells, *Imperialismo y urbanización en América Latina* (pp. 7-26). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Ellen, I. G. & Turner, M. A. (1997). Does neighborhood matter? Assessing recent evidence. *Housing Policy Debate*, 8(4), 833-866. <https://doi.org/10.1080/10511482.1997.9521280>
- Gottdiener, M. (2010). *A produção social do espaço urbano* (2ª ed.). São Paulo: Edusp.
- Granovetter, M. (nov. 1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510. www.jstor.org/stable/2780199
- Harvey, D. (1973). *Social justice and the city*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2008). *Regiões de Influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010a). *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010b). *PIB Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kaztman, R. (Org.). (1999). *Activos y estructuras de oportunidades estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Santiago, Chile: PNUD/CEPAL. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/28651>
- Kaztman, R. (2001). Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la Cepal*, (75), 171-188. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10782>
- Kowarick, L. (1993). *A espoliação urbana* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lago, L. C. (2008). O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a “periferia” que virou “centro”. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, Brasil.
- Marques, E. (1998). *Redes sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Oliveira, F. (1982). O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, 2(6), 36-54. <http://www.athuar.uema.br/wp-content/uploads/2018/01/o-estado-e-o-urbano-no-brasil.pdf>
- Pochmann, M. (2012). *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Quijano, A. (1973). La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. Em M. Castells, *Imperialismo y urbanización en América Latina* (pp. 141-166). São Paulo: Gustavo Gili.
- Ribeiro, L. C. Q. (2008). Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. *Revista VeraCidade*, 3(3), 1-21. <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo9.pdf>
- Ribeiro, L. C. Q., Rodrigues, J. M. & Corrêa, F. S. (2009). *Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles – IPPUR/FASE.

- Ribeiro, L. C. Q. & Koslinski, M. C. (2009). A cidade contra a escola? O caso do município do Rio de Janeiro. Apresentado no Congresso Sociedade Brasileira de Sociologia. Rio de Janeiro, Brasil.
- Ribeiro, L. C. Q. & Ribeiro, M. G. (2013a). IBEU: Índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Ribeiro, L. C. Q. & Ribeiro, M. G. (2013b). Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Ribeiro, L. C. Q. & Ribeiro, M. G. (2015). Segregação residencial: padrões e evolução. Em L. C. Q. Ribeiro, Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana (pp. 163-192). Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles.
- Salata, A. R. & Sant'Anna, M. J. G. (2010). Entre o mercado de trabalho e a escola: os jovens no Rio de Janeiro. Em L. C. Q. Ribeiro, M. C. Koslinski, F. Alves & C. Lasmar (Orgs.), Desigualdades urbanas, desigualdades escolares (pp. 91-120). Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, IPPUR/UFRJ.
- Singer, P. (2012). Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. Em P. Singer, Economia política da urbanização (3ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Small, M. L. & Newman, K. (2001). Urban poverty after the truly disadvantaged: the rediscovery of the family, the neighborhood, and culture. *Annual Review of Sociology*, 27, 23-45. <https://scholar.harvard.edu/files/mariosmall/files/2678613.pdf>
- Topalov, C. (1978). La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis. São Paulo: Edicol.
- Vetter, D., Pinto, D. M. A., Fredrich, O. B. L. & Massena, R. M. R. (1981). A proposição dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análise através de ecologia fatorial. *Revista Brasileira de Geografia*, 43(4), 455-476. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1981_v43_n4.pdf
- Wilson, W. J. (1987). The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and the public policy. Chicago, IL 0 /Londres: The University of Chicago Press.

Notas

- 1 A metrópole do Rio de Janeiro, neste estudo, corresponde à região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo em vista que estamos utilizando a definição estabelecida no Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2008) do IBGE, em que identifica algumas áreas de concentração populacional (ACP), compreendidas pela distribuição populacional de modo contínuo no espaço, como metrópole. No caso da metrópole do Rio de Janeiro, sua área de concentração populacional abarca todos os municípios integrantes da região metropolitana. Por este motivo, mesmo as expressões possam traduzir sentidos diferentes, trata-se da mesma configuração espacial e, por isso, metrópole e região metropolitana do Rio de Janeiro serão utilizadas como sinônimos.
- 2 A escolha dessas três variáveis se deve às suas características, que permitem avaliação de condições diferentes do efeito território. Porém, se deve também às limitações do banco de dados do censo demográfico que, dado seu escopo e sua operacionalização metodológica, não apresenta outras variáveis que

poderiam informar sobre o efeito território. De todo modo, consideramos que as variáveis escolhidas possibilitam a interpretação de aspectos fundamentais das desvantagens sociais que são mediados territorialmente em contexto metropolitano.

- 3 Normalmente se considera ICC igual ou superior a 5% para se prosseguir na análise multinível.